

MINI BIOGRAFIA

Vito Beno Vervloet, com 55 anos, nasceu no meio rural, na localidade de volta grande do Município de Laranja da Terra. Filho de José Francisco Vervloet (o Jucão, grande tocador de concertina, in memorian) e Olidia Geraldo Armani, integrante de uma família paupérrima de sete irmãos, desde criança, foi na lida, no trabalho duro com a terra, já aos sete anos de idade, que junto com os irmãos menores tiravam o sustento diário e indispensável à sobrevivência, sem nem vislumbrar dias melhores.

Os estudos iniciais, só vieram aos nove anos quando lhe foi permitido fazer a primeira série na escola de Picadão. A razão desse acontecimento foi que a escola primária mais próxima da casa em que morava ficava distante muitos quilômetros, além de não ter companhia nem transporte para chegar lá. Enfim, a estrada que levava a escola mais parecia uma trilha, sem apresentar a mínima segurança para uma criança caminhar, caso não se importasse com a distância.

Por causa dos perigos, seu pai, que pensava agir corretamente, esperou seu irmão completar sete anos para, então, matricular eles juntos na primeira série, pois, desse modo, teriam a companhia um do outro para fazer a jornada de ida e volta a escola. Ia a pé e com os pés descalços à escola, e assim conseguiu fazer as quatro séries iniciais do primário, de 1978 a 1981 na escola de Picadão. Dessa época de sacrifícios e alegrias, se lembra com especial carinho e muita saudades do seu professor, o Senhor Theodoro Litiig.

Terminado o curso primário, seu pai não queria, de forma alguma, que ele estudasse. O interesse do seu pai era, segundo suas palavras, torná-lo um homem do campo: um Agricultor, lavrador da terra, produtor de alimentos, gerador de maior riqueza em prol da humanidade, também aqui hoje homenageados. O desejo de seu pai, porém, não se coadunava com o dele. Por isso, conversou com seu meu professor e pediu-lhe que convencesse seu pai a deixar ele continuar o ses tudos, ou seja, ir para a quinta série em São João.

Tudo se torna muito difícil, já que a vida não é fácil, quando se mora no miolo do interior, como ele, naquela época. A escola ginásial onde ele queria estudar ficava a 11 quilômetros de distância de sua casa e, por volta de 1982, não existia nem transporte local, quanto mais transporte escolar, sequer estrada que permitisse algum veículo circular. O que havia era uma estrada de terra batida que, em determinadas épocas do ano, virava uma espécie de trilha dando passagem apenas a uma bicicleta ou a um animal de transporte. Quando maquinada pela prefeitura de Afonso Cláudio, as vezes uma vez por ano, dava somente para passar um carro.

Portanto, ainda que o seu professor convencesse seu pai, ele iria dizer que não tinha como ir a pé, já que não havia nenhum meio de transporte, sequer a propriedade de uma bicicleta. Atentando a isso, então, depois de cumprir todas as tarefas da manhã e da tarde (estudar, voltar para casa e ir trabalhar no campo com a família), ao cair da noite, enquanto todos retornavam ao lar, ele passou a preparar uma área de terra, capinar o mato e limpá-lo, a fim de plantar uns litros de grãos de feijão, para depois colher, dar conta de comprar o seu transporte escolar, em outras palavras, a sua bicicleta. Isso aconteceu aos seus 12 anos. Foi difícil, mas era a única solução viável. O tempo foi favorável e colheu, suas lembranças, como se fosse hoje, 210 quilos de feijão. Era suficiente para comprar a sua bicicleta e ainda sobejar. Com a bicicleta e com o apoio desse seu professor, Teodoro Littig, que convenceu o seu pai, lá foi ele fazer o ginásio, indo e voltando todos os dias. Pedalava 11 quilômetros, estudava, pedalava mais 11 quilômetros de volta e ia para a roça trabalhar à tarde com a sua família. Dessa maneira, conseguiu fazer as quatro séries ginásiais de 1982 a 1985. Em 1984, na sétima série, ficou doente e quase morreu por causa de uma apendicite que rompeu antes de ser operado, por inexistir recursos médicos públicos em São João, essa cidade.

Na sua residência, lá na roça em Vendinha, chegou energia elétrica no período em que ele estava na oitava série. Seu pai, entretanto, não colocou porque não tinham recursos para tal aquisição. Enfim, ele estudava com lamparina de querosene no cair da noite, em casa, antes de dormir, para poder passar de ano, porquanto, durante o dia, tinha que trabalhar na roça para ajudar a família. Não custa lembrar: se não havia energia elétrica, também não havia televisão e, nesse tempo, ainda não se sonhava com *internet*.

Em 1985, em Laranja da Terra, só existia o curso preparatório para professores das séries iniciais (o Normal). Pediu ao seu pai para deixar sair e estudar, porém ele estava resistente. Como o argumento tinha de ser seu, disse a ele que se não o deixasse estudar por bem, fugiria e ele nunca mais o veria. Foi bastante penoso. Seu pai já estava doente naquele ano. Saiu de casa no dia 24 de fevereiro de 1986 e foi para Vila Velha fazer o primeiro ano na Escola Estadual da Prainha, Godofredo Schneider. Bateu na porta da única família que conhecia no município canela-verde e foi acolhido. Ainda que por ínfimo período, foi o seu socorro. No dia 11 de março/86, no entanto, em menos de um mês da sua ida, o seu pai faleceu, no dia 11/03/1986, fato que lhe trouxe muito sofrimento.

Manteve-se firme no seu propósito e não desistiu. Fez o segundo grau na Escola do Estado, mesmo com muitas greves e “operação tartaruga”. Teve, nesse estabelecimento de ensino, ainda no primeiro ano, uma oportunidade: um professor de Física, de nome Leonardo que, um dia, o chamou separadamente e disse que ele não deveria estar estudando em escola de Estado, muito menos à noite. Explicou-lhe que não possuía recurso e/ou ajuda e trabalhava, durante o dia, virando concreto para sobreviver. Esse professor informou-lhe que lecionava na Escola Técnica Federal do Espírito Santo, atual IFES, e que, quando abrissem as inscrições para a seleção, ele o avisaria. Tudo aconteceu conforme o combinado. Submeteu-se à prova para fazer o curso técnico em Mecânica Industrial e foi aprovado.

Diante disso, do amor pelo pouco conquistado anteriormente serviu de forças para que fizesse dois cursos de segundo grau: um no Estado, de formação científica, e outro, de técnico em Mecânica, na ETEFES. Trabalhava de manhã, estudava à tarde no Estado, no segundo ano, e à noite na Escola Técnica, fazendo o primeiro ano noturno. A situação ficou um pouco melhor para ele, pelo fato de, na ETEFES, ter ajuda, receber uma merenda, o sopão, sempre às 18 h. Também forneciam cem passes escolares que garantiam o seu transporte. Com isso, o que conseguia no trabalho pela manhã, virando concreto, dava para comer no almoço, pagar o aluguel e suprir outras necessidades.

Quando terminou o segundo grau no Estado e ainda faltava o terceiro e quarto ano na Escola Técnica, fez duas provas: uma na Ufes para Engenharia Mecânica, e outra para fazer o curso Técnico de Instrumentação Industrial do SENAI. O vestibular da UFES, à época,

tinha duas fases: uma objetiva na qual fui aprovado, e outra, uma prova escrita que exigia uma pontuação mínima para aprovação em cada disciplina discursiva. Para o curso de engenharia, ele foi eliminado em Língua Portuguesa, conseguindo, todavia, êxito em matemática, física e química. Curioso é que nesse ano o Curso de Engenharia ficou com aproximadamente a metade das vagas sem serem preenchidas, porque os alunos, assim como ele, não conseguiram a pontuação mínima na segunda fase para entrar.

Quanto ao curso Técnico em Instrumentação, concorrendo com uma multidão de candidatos para 32 vagas, conseguiu uma. Nesse ano, 1989, houve melhora significativa no seu cotidiano. Deixou de trabalhar, pois o curso do SENAI de Técnico em Instrumentação era de 8 horas de aula por dia, e ainda havia o terceiro ano da ETEFES à noite para fazer das 18h20 às 22h40. Sobreviveu a esse ano com uma jornada diária de 12 horas de aulas e com o acréscimo de mais aulas no sábado de manhã. Embora tivesse deixado de trabalhar, foi nesse ano de 1989 que recebeu uma bolsa do SENAI de um salário-mínimo para estudar. Com esse salário, pagava o aluguel e se alimentava e com os 100 passes escolares que recebia da Escola Técnica, conseguia se locomover com tranquilidade. Uma das maravilhas dessa época é que no SENAI também recebia dois lanches (pão com margarina e leite com chocolate). Apesar de todosacrifício, nunca deixou abaixar suas médias anuais na Escola Técnica. Especialmente em matemática, sempre alcançou a nota mais alta, exceto no terceiro ano, 9,5, por não conseguir dez no quarto bimestre.

Por causa do curso de Instrumentação, não fez vestibular nesse ano de 1989. Teve que estagiar, junto com mais cinco colegas, na ACESITA/MG, por indicação de um professor. Todos os colegas foram admitidos, efetivados na empresa que, na época, era uma estatal, menos ele, pelo fato de, no setor em que estagiou, não ter surgido uma vaga para ser contratado. Retornou para Vila Velha no ano de 1990. Nesse mesmo ano, prestou vestibular para Física e foi aprovado na UFES, pela razão de, nesse exame, terem sido aproveitados os que melhor pontuassem dentro do limite de vagas.

No ano de 1992, no entanto, resolveu mudar de área. Precisava buscar algo, que porventura viesse a proporcionar melhores condições, sobretudo permitir pagar as suas contas com uma certa folga, com uma remuneração mais justa, com maior acessibilidade ao mercado de trabalho e com mais dignidade para viver. Sempre adorou

estudar e aprender, entretanto, ser inteligente é encontrar caminhos para construir melhorias de vida. Decidiu, então, fazer um novo vestibular. Por todas essas ponderações, apesar de amar a área de Exatas, abandonou o curso de Física na UFES no quinto período. Depois de refletir seriamente, pesando os prós e os contras, tendo em mente a construção de dias melhores para si, decidiu fazer o curso de Direito.

Foi com essa determinação que o levou a uma das melhores escolas da época, o Nacional, para buscar, nessa instituição de ensino, a oportunidade de um curso intensivo. O curso de Direito, naquele tempo, era muito concorrido, pois, no Estado, só haver três faculdades particulares e a UFES. Na Universidade Federal, fiquei na terceira suplência, porém se fui chamado, não tive conhecimento, pois mudava muito de endereço em vista da minha realidade de pobreza. Uma das três faculdades de Direito que existiam no Estado estava localizada em Vila Velha e se chamava Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha, hoje, a nossa magnífica Universidade de Vila Velha. Naquela ocasião, 1993, havia apenas 4 cursos: Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis.

Ingressei no Curso de Direito (1993), todavia estava desempregado, sem um tostão no bolso. Mais uma vez surgiu a oportunidade. Veio a providência divina: dois amigos pagaram as duas primeiras mensalidades. Matriculou-se na hoje UVV e, assim, foi devedor de mensalidades do primeiro ao quinto ano. No primeiro ano, honrei as duas mensalidades equivalentes a janeiro e fevereiro e fiquei devendo até setembro, pelo fato de dar aulas de Matemática no Estado como DT e o Governador estar em débito com esses profissionais. Nessa ocasião, a administração da faculdade o chamou e perguntou se não queria desistir. Poderiam, inclusive, devolver os dois meses anteriormente pagos.

Como, naquele tempo, a única faculdade particular de Direito, na Grande Vitória, era a UVV, tornou-se uma questão de honra para ele: pagar o que devia e concluir os seus estudos. Muito pobre, mas com bastante vontade de mudar a sua sorte, o seu destino, sentiu mais incentivado a jamais abandonar os seus sonhos. Seguiu em frente, sem esmorecer, sem qualquer mágoa ou rancor. Ao contrário, muito se orgulha de ali ter-se graduado em Direito e feito Mestrado. Se hoje é o que é, certamente, além do seu esforço, tem também o mérito dessa instituição de ensino superior que deu o suporte necessário para o aprimoramento da sua bagagem cultural e conhecimento profissional

para exercer a sua profissão.

Apesar de a exaustão ter sido a sua parceira no decorrer do curso, teve o privilégio, no dia da sua colação de grau (18/12/1997), ao chamarem o meu nome, ser surpreendido pela sua turma que se levantou e, de pé, o aplaudiu aos gritos: **Bravo! Bravo!** Uma emoção inenarrável.

Essa formação o permitiu ser um advogado e servidor público efetivo. Concluiu o curso de Direito em 1997, iniciado em 1993. Foi o primeiro da turma a ser aprovado na OAB.

Do primeiro ao último ano do curso superior de Direito, teve dificuldade em pagar as mensalidades. Dava aulas de Matemática na rede pública e privada com esse objetivo. Quando estava no terceiro ano de Direito, a escola onde ele trabalhava o dispensou, para contratar o filho da Coordenadora, recém-aprovado em Matemática. Essa dispensa deixou-o bastante triste e desmoralizado, mas o levou a se movimentar.

No início do quarto ano, ainda desempregado, viu um anúncio de estágio na faculdade. Dirigiu-se ao CIEE e lá foi informado de que a vaga já havia sido preenchida. A psicóloga pediu-lhe para preencher uma ficha e deixar o seu *curriculum*. Uns 20 dias depois, apareceu-lhe, outra vez, mais uma oportunidade. Chamaram-no, pois havia surgido uma vaga de estágio na Superintendencia Regional da Caixa Econômica Federal.

A psicóloga do CIEE esclareceu que ele era o único candidato localizado e solicitou-lhe a elaboração de um texto para analisar a sua escrita. Fez a redação e ela o disse que ele não parecia ser um estudante de Direito e, sim, um advogado. Encaminhou-o à Caixa e pediu permissão para anexar a redação ao currículo e à ficha de encaminhamento. Lá se foi, todo trêmulo para uma entrevista com o Superintendente da Caixa. Esse servidor, ao examinar o seu *curriculum* e sua redação, o indagou se poderia começar a estagiar no dia seguinte. Concordou naquele momento, entretanto a chefe do CIEE afirmou ser preciso uma semana para concluir o processo de estágio.

No CIEE, solicitaram-lhe vários documentos, inclusive a declaração da faculdade de que estava no quarto ano. Ele devia dois meses, tinha dinheiro para pagar apenas um e estava ciente de que a instituição somente dava documentos se o graduando estivesse em dia.

Apesar disso, encaminhou-se àquele estabelecimento de ensino superior para pedir a declaração. Ao consultar o sistema, a atendente informou ser necessário quitar o débito. Trêmulo, perguntou o montante. Ao saber que o valor era exatamente o dinheiro já disponível em seu bolso, ficou convicto de que, por obra e graça de algum anjo, um milagre havia acontecido.

Durante o curso de Direito, por ser sempre um dos melhores alunos da turma, seus colegas diziam que passaria certamente em algum concurso para Juiz ou MP ou outros equivalentes. Efetivamente, ao colar grau e passar no exame da OAB, aspirava ardentemente continuar estudando, se preparando, para ser aprovado em um concurso público de envergadura a fim de seguir carreira e de ter uma vida digna e honrosa. Era imprescindível, portanto, adquirir condições de pagar as contas para sua manutenção. Nessa perspectiva, fez a EMATRA para o ajudar. Prestou concurso para Juiz em Brasília, no Rio e no ES, e para MP em BH e no ES. Com o que sabia, não conseguiu passar para seguir no processo.

Para advogar, fez algumas pós-graduações, com o objetivo de buscar aperfeiçoamento. Por isso, em 1999 especializou-se em Direito Civil e Processual Civil e Direito do Trabalho e Processual do trabalho, com monografia intitulada: *Exceção de pré-executividade*. Todavia, como não somos senhores de nossos destinos, ainda em 1999, com um ano de formado e de OAB, teve a graça divina de ser pai, por ter nascido a sua filha, hoje com 24 anos, a Dra. Thais Silva Vervloet, médica residente em Medicina de Família no Município de Colatina. Com isso, os planos precisaram ser modificados: deixou de estudar firme para concursos e, diante da responsabilidade de cuidar e de educar um ser nascido de si, passou a captar clientes tanto na sala da OAB, como no corredor do Fórum da Prainha, em Vila Velha, com a finalidade de manter a família.

O ritmo de estudos, entretanto, continuou, pois ser advogado é estudar sempre para escrever e poder trabalhar. Devido a isso, em 2006 fez concurso para um cargo de advogado da Câmara Municipal de Laranjada Terra – Essa Casa de leis, seu local de origem, embora sem muita esperança de êxito, em função da grande concorrência para uma só vaga. Foi surpreendido, conquistando o primeiro lugar no encerramento de todo o processo. A posse ocorreu no dia 20/12/2006, e a assunção das suas funções aconteceu no dia 01/01/2007.

Assim, desde 01/01/2007, O Dr. Vito Beno Vervloet é o PRPCURADOR e o Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Laranja da Terra, tendo boa convivência com todos os servidores e com todos os Edis que por aqui passaram para cumprir seus respectivos mandatos.

Mais estabilizado, nos anos de 2008/2009, concluiu especialização em Gestão Governamental e Responsabilidade Fiscal com TCC intitulado: *Desapropriação: um poder do Estado como instrumento de gestão*; em 2009/2011, especializou-se em Gestão Integrada de Segurança Pública com a monografia: *O exercício da cidadania através do direito ao voto*; em 2012/2013, cursou especialização em Direito Administrativo, com a monografia: *A proporcionalidade como princípio modulador: ponderação fundamentada na proporcionalidade para manter a segurança jurídica e a supremacia do interesse público*; concomitantemente, nesse mesmo período, especializou-se também em Direito Constitucional, com a monografia *Modulação dos efeitos jurídicos na declaração de inconstitucionalidade: princípio da segurança jurídica, proporcionalidade, interesse público e a ponderação*. Em 2012/2014, fez a especialização em Gestão Pública Municipal, ministrado pelo IFES, tendo sido selecionado dentre inúmeros candidatos para compor o grupo de 40 alunos. Finalizou esse curso com o TCC (2013/2016): *A elaboração do planejamento estratégico da cidade de Vila Velha. Etapas de sua construção comparadas com aquelas sugeridas pela doutrina*.

Em 2011, já com dez anos honrados de advocacia, participou como candidato a uma vaga de Desembargador pelo Quinto Constitucional da OABES, junto ao do TRT no ES, como um dos 25 candidatos inscritos. Ainda, entretanto, não provido de bagagem suficiente, nem de amadurecimento adequado para competir de igual para igual com os demais candidatos que apresentavam *curriculum* com vários títulos, desde o de Mestre até o de Doutor, não pode concretizar o tão acalentado sonho. Porém, ao ver a colega advogada Doutora Ana Paula Tauceda Branco ser homenageada pela Presidente Dilma Rousseff, senti-se incentivado a continuar estudando, melhorar a performance e, quem sabe um dia, conseguir atingir um dos seus ápices profissionais.

Durante o caminhar da Pós-graduação em Gestão Pública do IFES, seu Orientador, Prof. Fabrício Borelli, estimulou-o bastante a fazer um Mestrado. Ficou muito interessado, já que as intercorrências da vida, tais como não acreditar em meus conhecimentos; lidar com questões financeiras; lidar com o próprio trabalho e, sobretudo, imaginar que não alcançaria êxito na prova de Línguas, sempre representaram empecilhos para tentar ingressar no Curso. Finalmente, em 2014, fez a inscrição, prestou as provas e, depois de grande embate, ingressou no Mestrado de Sociologia Política na UVV, com aprovação na Língua Espanhola, dando mais um passo no aprimoramento de sua formação. Em 03/02/2016, alcançou o grau de Mestre em Sociologia Política pela UVV, com orgulho e com sentimento de gratidão a todos.

Depois de fazer o Mestrado, recebeu dos professores e amigos, muito incentivo para dar continuidade com o Doutorado. Por isso, ingressou no Programa de Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV. Em 2016, participou de grupos de pesquisa, fez disciplina como aluno especial e, enfim, em 2017, prestou os exames e ingressou de forma regular no curso de Doutorado. Ainda em 2017, cursou as dez disciplinas básicas necessárias e indispensáveis ao Programa de Doutorado para a formação. No final desse mesmo ano, novamente os acontecimentos sobrepujaram seus planos, modificando-os. Sua filha, com 17 anos, passou no vestibular para Medicina, em instituição privada, e isso representou uma planilha de gastos básicos mensais elevada.

Para enfrentar essa realidade, teve de buscar equilibrar a balança financeira familiar, suspendendo o seu Doutorado, postergando-o para priorizar e oportunizar a formação de filha, porquanto, exatamente em 2018, as Universidades e Faculdades particulares encerraram a aplicação do programa de FIES aos alunos ingressantes no curso de Medicina.

Também, em 2021, colocou o seu nome a disposição para preencher a vaga de Desembargador do Quinto Constitucional da OAB/ES junto ao TJES.

Em 2023, participou do Concurso Público para concorreu a vaga de Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Espírito Santo e, também, do Estado do Pará.

Hoje, o Doutor Vito, procurador dessa Casa de Leis, é casado com Diomar Valadão Fagundes Vervloet, enfermeira de carreira, eles tem residência em Vila Velha, com quem tem a alegria de compartilhar os seus dias e juntos gostam de realizar algumas viagens, sempre que as economias lhes permitem, conhecendo novos lugares e apreciando as maravilhas da terra, pois entenderam que a vida é muito breve e deve ser vivida com intensidade.

O Dr Vito, diante do que parecia impossível, oriundo de família pobre e do miolo rural, nunca deixou de buscar oportunidades através do ato de estudar, conforme demonstra o seu *curriculum vitae*. Concluiu uma centena de cursos, com duração entre 4 a 30 horas, na área pública, promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e por outras instituições.

Agora, hoje, Senhores Vereadores e Presentes, o Doutor Vito Beno Vervloet é grato por essa homenagem: a inclusão do seu nome na lista de homeangeados dessa Casa de Leis como Escritor. Claro, aceita a honraria, pois entende que ser advogado é acima de tudo também ser um ESCRITOR o tempo todo. E para finalizar registra: A sua trajetória existencial foi moldada pelo barro dos mais humildes, mais desfavorecidos, mas não menos batalhadores. Vem do agricultor açoitado pelas intempéries, sem nunca perder a fibra diante da aspereza da vida. Cada degrau alçado, uma árdua conquista. A esperança sempre presente.

Finaliza o registro sintetizado de sua vida, rendendo as suas homenagens a sua origem: aos agricultores, a sua mãe Olídia Geraldo Armani (Leide), moradora de Vendinha, aposentada como agricultora, e as suas irmãs Claudina e Claudete, também agricultoras. Agriocultores, hoje aqui também homenageados, esses valentes, responsáveis por alimentar a todos com o fruto do seu labor, com a responsabilidade de produzir alimentos saudáveis e, preseservar o seu, e o nosso meio ambiente. Agricultores, homens e mulheres responsáveis de frente pela manutenção sólida do tripe base que sustenta toda a humanidade: meio ambiente, saúde e a vida.

Esse é o Doutor Vito Beno Vervloet